

Brasiliense utiliza água de má qualidade

Hélio Franco

A população de Brasília está bebendo água de má qualidade, devido à deficiência do projeto e execução apresentada pelas Estações de Tratamento de Água (ETAs), operadas pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília (Caesb). As ETAs Brasília e Descoberto, responsáveis pelo abastecimento da área compreendida entre o Plano Piloto e o Park-Way, passando por Taguatinga, Ceilândia, Samambaia e Guará, são as mais sujeitas a essas deficiências, as quais chegam, por vezes, a infringir os padrões de potabilidade vigentes.

Essa constatação partiu da própria Caesb, e está explicitamente no documento "Avaliação dos Aspectos Sanitários e Ambientais das Bacias Hidrográficas do Lago Paranoá e Rio São Bartolomeu", apresentado no Seminário Internacional sobre Eutrofização e Abastecimento de Água, realizada recentemente pela empresa, com participação de técnicos de vários países. Alarmada com a constatação, não divulgada pela Caesb, o deputado federal Augusto de Carvalho (PCB/DF) enviou, ontem, ofício ao governador Joaquim Roriz, denunciando o caso e solicitando a abertura de uma comissão de inquérito para apurar as responsabilidades pela aprovação dos projetos das estações.

Segundo o deputado, "a polêmica a respeito da qualidade da água em Brasília é antiga, mas o fato novo agora é que a própria Caesb admite que as estações de tratamento são deficientes e os padrões de potabilidade estão sendo infringidos". Augusto de Carvalho também estranhou o fato de a empresa não ter divulgado esse aspecto de abastecimento de água durante o seminário.

A carta ao governador já foi protocolada no Palácio do Buriti, e, agora, seguirá para o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA/DF), Tribunal de Contas do Distrito Federal e Procuradoria Geral do Distrito Federal, além da Câmara Legislativa. Nela, o deputado alerta para as menções à baixa qualidade da água e também para o fato de o sistema de tratamento Currais/Pedras, com capacidade para atender à 150 mil habitantes, estar desativado desde 1986. "Nós estamos chamando a atenção para estes problemas e exigindo providências do GDF no sentido de apurar as responsabilidades por eles", disse Augusto de Carvalho, "ainda mais com essa paranóia coletiva de surtos de cólera, é necessária uma atitude imediata".

Cólera — O deputado solicitou a abertura de um inquérito para averiguar a responsabilidade dos projetistas das estações e dos engenheiros e técnicos da Caesb que atestaram como corretos os projetos, a responsabilidade dos

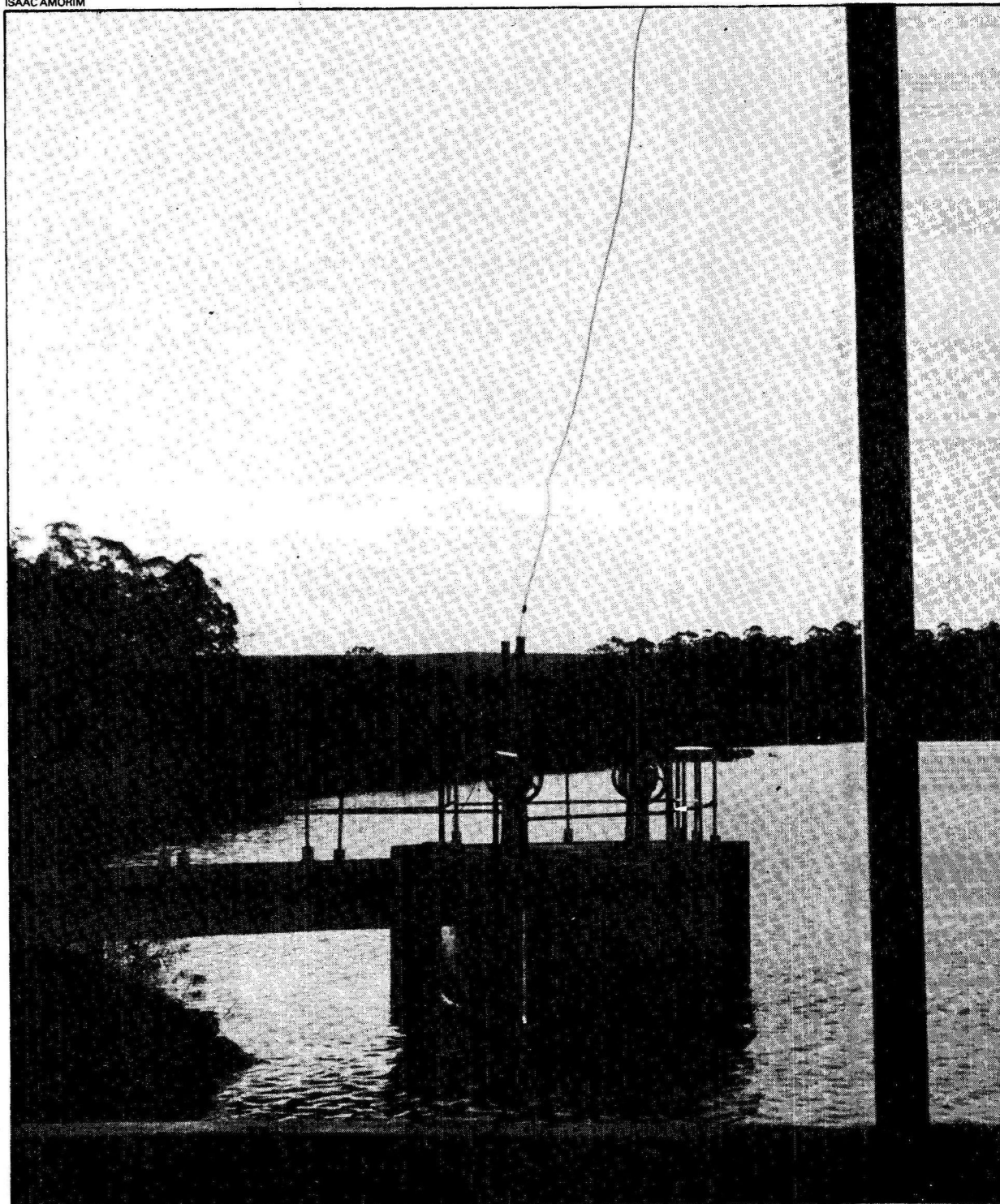
construtores e dos engenheiros e técnicos da Caesb que atestaram em nome do governo tais obras e as razões pelas quais as ETAs Currais/Pedras se encontram desativadas desde 1986. Foi, também, sugerida a averiguação de medidas corretivas que possam ter sido tomadas pelas sucessivas administrações da Caesb, inclusive a atual, bem como a responsabilidade técnica do fornecimento de água fora dos padrões de potabilidade vigentes, e o grau de risco para a população que ingere esta água de ser contaminada por doenças de veiculação hídrica, especialmente a cólera.

Citando o exemplo de São Paulo, onde a água é controlada por outra entidade independente, o deputado afirmou que o Distrito Federal é a única unidade federativa onde não há essa prática. "Quem produz a água também fiscaliza a sua qualidade aqui em Brasília. E será que a Caesb levou ao conhecimento do governador esse grave problema?", questionou ele, concluindo que "o povo da capital do Brasil já sofre os vexames de ver chefes do estado de países desenvolvidos trazerem suas próprias provisões de água ao desembarcarem aqui, e agora corre o risco de ter que admitir que eles têm razão".

Relatório — O documento citado pelo deputado federal é o relatório de número 8/9, que faz parte do Projeto BRA 87/011, período 87/90, no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ele foi elaborado por uma equipe multidisciplinar, dirigida pelo ex-diretor de Tecnologia Ambiental da Caesb, Arides Silva Campos. Dela também faz parte o diretor do Centro de Pesquisas para Recursos Hídricos de Budapeste (Hungria), Laszlo Somlyódy, que esteve em Brasília nos dias 27, 28 e 29 de maio passado, participando do Seminário Internacional sobre Eutrofização e Abastecimento de Água.

Organizado conjuntamente pela Caesb e o PNUD, o seminário tinha como objetivo informar aos tomadores de decisão e técnicos atuantes nos diversos setores sobre as principais realizações do projeto, que tratou principalmente da avaliação da utilização do Rio São Bartolomeu como fonte de abastecimento de água. A questão do desrespeito aos padrões de potabilidade, entretanto, não foi levantada no relatório final do seminário, deixando uma lacuna com relação a este ponto. O relatório 8/9 destaca que os problemas principais enfrentados pelas ETAs são: sistemas inadequados de dosagem de produtos químicos, deficiência no sistema de distribuição de ar para a lavagem de filtros, ocorrência de vazamentos, infiltrações e perda do leito filtrante nos processos de lavagem, comprometendo a qualidade da água.

ISAAC AMORIM



Na barragem do rio Torto está uma das estações de tratamento de água que abastece Brasília

Polêmica sobre a potabilidade é antiga

Polêmicas envolvendo a qualidade da água captada e distribuída pela Caesb não são novidades. Em 1986, uma denúncia feita por técnicos da Universidade de Brasília, de que a água consumida pelo então presidente José Sarney continha dois mil 400 partículas de coliformes fecais por cem mililitros de água, enquanto o nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde é zero, provocou a queda de todo o primeiro escalão da empresa, encabeçada pelo diretor-superintendente Laélcio Ladeira, afastado pelo governador na época, José Aparecido de Oliveira.

Aparecido divulgou nota oficial afirmando que a empresa não havia dado "explicações satisfatórias" ao governo a respeito do porquê da informação de que a

água que estava contaminada não ter chegado ao Palácio do Buriti em novembro de 1985, quando foi feita a aferição de sua qualidade, e constatou-se que havia coliformes não só no Alvorada como em outras áreas de Brasília.

Na época, o secretário de Serviços Públicos, Carlos Murilo, admitiu que a diretoria da Caesb, subordinada àquela Secretaria, vinha omitindo os dados ao governador e à Secretaria, transformada posteriormente em Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Carlos Murilo chegou a reconhecer que a água não estava nas condições ideais de consumo, ressaltando que não havia riscos para a população. Posteriormente, técnicos do Instituto de Saúde realizaram exames na água e

emitiram laudos afirmando que ela não possuía coliformes, mas encontrava-se em desacordo com os padrões de potabilidade.

O episódio levantou grande polêmica a respeito dos procedimentos técnicos da Caesb e José Aparecido anunciou que a UnB passaria a realizar exames periódicos na água da cidade, mas a proposta não foi implementada. Agora, Augusto de Carvalho acha que chegou o momento de dissipar definitivamente as dúvidas a respeito da possibilidade da água, levantadas pela própria empresa do GDF, a exemplo do caso ocorrido em 1986. "É chegado o momento de botar fim nessas polêmicas, institucionalizando essa fiscalização sobre a água", comentou.